

“Lá fora, o tempo passa”: uma breve história das disputas políticas em torno da paisagem urbana de Florianópolis no tempo presente (décadas de 1970 e 1980)

Reinaldo Lindolfo Lohn¹

Universidade Estadual de Santa Catarina/UEDESC

A população de Florianópolis, Capital de Santa Catarina, vivenciou mudanças profundas, com impactos socioculturais marcantes, afetando suas paisagens urbanas e culturais. A imprensa da cidade, particularmente o jornal *O Estado* constitui-se em importante acervo de processos que marcaram e marcam o tempo presente da cidade, cujos habitantes experimentaram conflitos relacionados à conjunção de intervenções estatais e de investimentos privados advindos dos desejos despertados pelos processos de modernização da segunda metade do século XX. A promoção da construção civil foi um dos pilares da política econômica levada a cabo pelos governos militares (PRADO; EARP, 2003: 225). Essa dinâmica transformou não apenas grandes cidades, mas contribuiu para constituir importante segmento de cidades médias, como é o caso de Florianópolis. O governo militar que se seguiu ao golpe de Estado de 1964 instituiu, no mesmo ano, o Plano Nacional de Habitação, cuja execução seria financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão federal que compunha o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A captação de recursos, através do recém-criado Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de letras imobiliárias, proporcionou linhas de crédito de curto prazo a construtores e de longo prazo para compradores de moradias. O sistema facilitou ainda para a implantação de projetos de infraestrutura urbana.

Acessar a imprensa do período permite compreender deslocamentos culturais relativos aos usos sociais de espaços e lugares numa cidade em mudança. As informações coletadas nos jornais possibilitaram estabelecer pontes entre as questões locais e as nacionais, de modo a recusar qualquer descrição efêmera sobre os processos aqui analisados e buscar a densidade histórica necessária para perseguir a inteligibilidade do presente (RIOUX, 1999: 44-45).

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993). Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Professor efetivo da Universidade do Estado de Santa Catarina, atuando na Graduação e na Pós-Graduação em História (linha de pesquisa Culturas Políticas e Sociabilidades).

Os jornais apresentam-se, assim, como fontes indispensáveis para compreender um passado presente, não como algo estável e congelado, mas também como suportes de uma memória intencionalmente produzida, ao instaurar sentidos e legitimar determinados processos políticos (DECCA, 1992: 133). Neste caso, os jornais são mediadores de lembranças, posto que “é pelo discurso de terceiros que os sujeitos são informados sobre o resto dos fatos contemporâneos a eles”, através de construções baseadas em fontes “crescentemente midiáticas” (SARLO, 2007: 90-92) e que influenciaram as percepções e lembranças de um período de tempo recente, com impactos tanto nas trajetórias individuais quanto em experiências coletivas.

Em 1966 a população de Florianópolis girava em torno de 130 mil habitantes e os anúncios publicitários abundantes nos jornais indicavam a preferência por morar no centro e nos novos edifícios de apartamentos que rapidamente se erguiam. O desejo por adquirir apartamentos apontava para uma significativa mudança de hábitos sociais relativos às relações de vizinhança e à redução do número de filhos. Isso abriu caminho para a introdução de políticas de crédito imobiliário: funcionários públicos em cargos de chefia e profissionais liberais afirmaram-se como o grande mercado consumidor de apartamentos de três dormitórios (PEREIRA, s/d: 88). Contudo, no final da década o crescimento urbano ainda convivia com velhos usos: “o surto de desenvolvimento que se vem verificando em nossa capital não impede que por vezes velhos carroções trafeguem pelas principais ruas da cidade. E eles respeitam sempre os sinais” (O ESTADO, Florianópolis, 25/04/1967: 1).

Os governos da ditadura intensificaram o processo de montagem de uma máquina estatal mais complexa, composta por técnicos e especialistas. Tais quadros foram selecionados entre segmentos da população que compuseram então novas camadas médias, as quais formaram um poderoso mercado de consumo urbano. O “milagre” da “revolução de 1964” foi sentido principalmente por aqueles desejosos por novos padrões de moradia prometidos pelos empreendedores imobiliários. Um anúncio de 1972 referiu-se a mais um edifício construído no centro da cidade como “uma homenagem ao bom gosto, à beleza e às coisas boas da vida” (O ESTADO, Florianópolis, 10/07/1972: 4). Foi um momento de apelos aos traços culturais identificadores das classes médias.

Para as novas classes médias, as condições oferecidas pela cidade estavam em contínua melhoria, especialmente após o crescimento da população universitária e a implantação de sedes de empresas estatais. O centro da cidade passou por um rápido processo de verticalização e sua silhueta incorporou a imagem de altos edifícios de

apartamentos, enquanto as ruas foram tomadas por automóveis. Na mesma época, a campanha publicitária de um edifício de luxo procurou mostrar que a nova vida urbana estava ao alcance das classes médias em seu futuro tranqüilo: “Solar da Baía Norte. Sem dívidas eternas, sem correção salarial e sem hipotecas.” Eis a grande vantagem: “dormir tranquilamente sem pesadelos de dívidas de 15 anos” (O ESTADO, Florianópolis, 17/08/1970: 3).

Os jornais dedicaram mais atenção ao novo perfil sociocultural da cidade, em especial com a chegada de milhares de trabalhadores não especializados, em busca de oportunidades de emprego. Alguns observadores afirmaram que, em Florianópolis, a transformação urbana não fora acompanhada de indesejáveis conseqüências sociais, pois “enquanto as massas e emigrados das grandes cidades” engrossavam “as fileiras de subempregados”, na Capital de Santa Catarina os migrantes encontravam emprego na “atividade econômica em franca expansão” da construção civil: como uma coincidência, “ao instante do invento de alguns milhares de emigrados”, a nova atividade econômica estava “necessitada de alguns milhares de braços” (O ESTADO, Florianópolis, 11/09/1977: 33).

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana, seguindo normas do governo autoritário, foi entregue em 1971 e serviu de base para o novo Plano Diretor, finalmente aprovado em 1976. Explicitamente, o objetivo era “a transformação de Florianópolis em um grande centro urbano”. A Capital, juntamente com os municípios vizinhos, formaria uma área conurbada de desenvolvimento intenso e conjugado, capaz de romper com a situação periférica do Estado em relação aos vizinhos mais poderosos (ESCRITÓRIO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, 1971: 5-8).

Em 06 de Agosto 1972 (p. 4), *O Estado* antevia a “queda do balcão”, ou seja, o fim de um tipo de relação comercial cara a cara entre clientes e proprietários, o que provocaria “a falência dos armazéns”. As obras de desenvolvimento urbano e a massificação da cidade possibilitaram novos negócios, em especial a introdução dos supermercados que ameaçaram “a prosperidade das dinastias de proprietários das pequenas casas de comércio”.

O perfil de uma pequena cidade burguesa, na qual, por vezes, parecia que “todos” se conheciam, cedeu lugar a novas práticas culturais. Em 1974, foi noticiada a existência, em pleno funcionamento, de antigos engenhos de farinha de mandioca, atividade

econômica que fora importante até o início do século XX, em localidades do interior da Ilha de Santa Catarina: “um trabalho familiar, pois todos os membros de uma família proprietária de um engenho são mobilizados na época da colheita e da transformação da mandioca”, como no caso do agricultor Manoel Antonio da Silveira, que tinha 55 anos, com 21 filhos e que há 40 anos cultivava mandioca (O ESTADO, Florianópolis, 31/03/1974: 8).

Dois anos depois, o próprio proprietário do jornal, Aderbal Ramos da Silva, líder partidário e empresário que dominava a política local queixava-se do “crescimento rápido” de Florianópolis, que surpreendia mesmo aquele que se julgava “uma pessoa conhecida na cidade”. É como se surgisse uma estranha cidade, composta por habitantes muito diversos: “está tudo muito tumultuado, os terrenos supervalorizados pelas imobiliárias, tudo ficando estrangulado” (O ESTADO, Florianópolis, 14/05/1976: 16). Naquele ano de 1976, a cidade comemorava 250 anos de sua constituição como vila, o que motivou uma série de discussões institucionais e matérias na imprensa referentes ao patrimônio cultural e à necessidade de preservar certos traços considerados indispensáveis de sua paisagem.

Os governos da ditadura militar haviam iniciado um processo de descentralização da atribuição de valor histórico e cultural a bens e lugares. As cidades passaram a ser investidas de legitimidade para definir políticas locais de patrimonialização e, por extensão, de constituição de ambientes urbanos a serem apresentados como bens culturais, “tendo como principal orientação o desenvolvimento do turismo”. Estas ações tiveram continuidade nos anos da chamada Nova República, na medida em que o poder público foi incentivado a estabelecer parcerias com a iniciativa privada. Tais mecanismos ensejaram a constituição de um mercado para o “consumo de lugares” (LEITE, 2007: 34-60), ou seja, no caso da Ilha de Santa Catarina, de recantos pitorescos e naturais. Operou-se com estratégias de promoção e *marketing* nos quais a demanda por identidades estáveis, puras, unitárias ou autênticas aparecia como um invólucro desejável em meio a identificações provisórias e inscritas nos percursos mercantis mais amplos do turismo e da especulação imobiliária em nova escala.

Enquanto isso, modos de vida, modas, jeitos e valores, aproximaram-se daqueles predominantes em qualquer grande cidade brasileira. Até o final da década, a cidade incorporou novos espaços através de grandes aterros, nos quais foram construídas vias de trânsito rápido. Sobre aterros, uma grande avenida à beira-mar passou a ser o eixo de circulação prioritário, a canalizar os inúmeros automóveis que, em alta velocidade, tomaram a cidade.

Um dos cerne dos mecanismos de intervenção econômica e social do regime militar foi a política habitacional, a qual, segundo Ermínia Maricato (1987: 30), modelou cidades que ignoraram as necessidades dos “setores de menores rendimentos da população” ao passo em que tratou “a habitação como mercadoria a ser produzida e comercializada em moldes estritamente capitalistas”. As cidades da ditadura ergueram, em geral, grandes edifícios de apartamentos construídos por uma mão-de-obra com baixos salários. Enquanto “os setores da população beneficiados por essa política” constituíam “um sustentáculo político ao governo ditatorial”, para a grande maioria, sem acesso ao crédito habitacional, restou a periferia, loteamentos nem sempre regulares e as favelas.

Em meados da década de 1970 os pobres urbanos freqüentaram as páginas dos jornais. Uma matéria de 1975 apresentou o Morro do Mocotó, uma das áreas de pobreza urbana do centro da cidade e chamou a atenção para a “surpreendente visão, chocante, gritante, de miséria social e humana”. A vida de uma das moradoras foi assim descrita: com seus “25 anos, tem aspecto de 35”, casada e com dois filhos, “na véspera de três”, morava numa casa que “foi ganha”. O marido conseguia o salário mínimo e “eles não tem condições de pagar aluguel”. A matéria ressaltou: “ela nasceu ali, se criou, e mora até hoje” (O ESTADO, Florianópolis, 12/06/1975: 8).

A imprensa tratou também do fenômeno do crescimento de novas áreas periféricas, com outro perfil populacional, atribuído ao “movimento migratório em Santa Catarina” que tinha na Capital “o ponto preferido de todos quando abandonam os campos na esperança de encontrar melhores perspectivas de vida nas cidades”. O grande problema era “a falta de habitação” para as “famílias que se deslocam do interior para Florianópolis” e assim “o número de favelas se avoluma, ganhando os espaços vazios que margeiam a cidade e se espalhando pelos municípios vizinhos à Capital do Estado” (O ESTADO, Florianópolis, 23/04/1977: 1).

Enquanto o regime autoritário procurava a todo custo manter sem êxito o ritmo de crescimento econômico acelerado, abalado pela crise do petróleo e pela concentração de renda, em 1979, os jornais noticiavam o abandono de projetos de habitação do BNH em Florianópolis, “por falta de recursos” ao mesmo tempo em que a inflação corroía os salários (O ESTADO, Florianópolis, 27/10/1979: 5).

O espaço urbano e suas paisagens tornavam-se centro da disputa política que envolvia o processo de lutas para a redemocratização do país. A partir da década de 1980 o processo de urbanização de Florianópolis, consolidado nas bases criadas na década

anterior, foi alvo de disputas sociais e políticas constantes. As organizações de base, que demandavam novos direitos sociais para a população, com a incorporação de temas como a ecologia e a mobilidade urbana, chocaram-se com as iniciativas dos grupos políticos e empresariais que eram diretamente beneficiados pelas oportunidades de ganho privado proporcionadas pelo crescimento urbano.

O espaço urbano converteu-se em espaço público, a abrigar diversas formas de manifestação e, inclusive, de protesto popular, com o fim de reivindicar ações e investimentos públicos. Em Florianópolis não foi diferente, com a incorporação de determinados padrões de segregação sócio-urbana, verificadas em grandes cidades brasileiras. Alguns balneários sofisticados foram voltados para as camadas médias e altas, embora fisicamente próximos de localidades onde os moradores conviviam com serviços públicos precários. Em Florianópolis, o apelo ao discurso da segurança e da reclusão ganhou as páginas de jornais no início da década de 1980: “dormir tranqüilo é uma coisa que o florianopolitano já não pode há algum tempo. A preocupação já é uma constante” (A PONTE, Florianópolis, jun. 1971: 2).

A década começara com uma profunda crise do setor da construção civil em Florianópolis, com cerca 48% de empreendimentos paralizados: “o grande problema é o achatamento salarial a que foi e está submetida a classe média, cada vez mais descapitalizada”. No período entre 1973 e 1976, cerca de 35 edifícios residenciais haviam sido construídos por ano para as camadas médias. Em 1981 estavam em andamento apenas 6. Os empreendimentos populares estavam completamente parados: “não há nenhum agente credenciado na cidade, do Sistema Financeiro da Habitação, que esteja financiando casas e apartamentos avulsos”, afirmava uma reportagem de *O Estado* (21/12/1981: 12).

A resposta à crise passou pela oferta de atrativos a um público consumidor de alta renda, proveniente de grandes cidades, muitas das quais marcadas pela violência. Florianópolis deveria representar conforto e, principalmente, a segurança e a tranqüilidade de uma cidade média. Uma linguagem padronizada tomou conta da mídia e dos principais partidos, a apontar para a vocação turística da cidade. Em 1984, o anúncio de um grande empreendimento imobiliário no Norte da Ilha, que construiu um balneário para um mercado de alta renda, convidava: “venha para Jurerê Internacional. E ganhe toda a Ilha de Santa Catarina como brinde” (O ESTADO, Florianópolis, 02/12/1984: 4). A mitificação da Ilha foi complementada ao final da década, com a identificação publicitária “Ilha da Magia”, que

fazia referência aos trabalhos de um artista plástico e folclorista local, chamado Franklin Cascaes (1908-1983), que durante boa parte de sua vida registrou memórias do processo de modernização da cidade, a partir da perspectiva da perda de traços culturais tradicionais.

Os investimentos imobiliários ganharam outra dimensão, diferente da década anterior, ao deslocar-se para a exploração de um imaginário construído no âmbito da publicidade turística. Em meio à crise econômica da chamada “década perdida”, os investimentos imobiliários apareceram como a aposta segura em Florianópolis: “compre solidez, compre imóvel” (O ESTADO, Florianópolis, 03/05/1987: 5).

A paisagem urbana de Florianópolis no período correspondeu, em grande medida, às demandas das camadas médias e altas que apostaram nos investimentos imobiliários como principal instrumento de reprodução de capital e de geração de poder. Mas formas e usos de uma cidade não são necessariamente simétricos. A constituição de espaços e a vivência de lugares são mediadas por ritmos de transformações desarmônicos, com deslocamentos e descompassos entre formas urbanas e usos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e cidadania. In: PEREIRA, Maria Cristina (org.). **O direito à memória**. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/SMC, 1992. p. 129-136.

ESCRITÓRIO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO. Plano de desenvolvimento da área metropolitana de Florianópolis. Florianópolis: [s.ed], 1971.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Ed. Unicamp; Aracaju: Ed. UFS, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização**: um estudo de modernização em Florianópolis. Florianópolis: Lunardelli, s/d.

PRADO, Luiz C. Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). **O Brasil republicano, 4**: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. p. 207-242.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma História do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. **Questões para a História do presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999. p. 39-50.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.